

## **A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL**

Tathiane Maciel Goulart  
Luciana Alves Dominato

### **RESUMO**

O presente estudo tem como objetivo disseminar o que é e o que causa a Síndrome da Alienação Parental e suas consequências, com análise da Lei 12.318/10, também conhecida como SAP. A SAP é muito presente no judiciário brasileiro, principalmente em divórcios. A lei vem em 2010 para punir o alienante, com campanhas para desqualificar as barreiras e falsas memórias, e controlar o abuso do poder parental, que pode causar distúrbios psicológicos drásticos a criança. Ocorre a SAP quando na maioria dos casos o alienante não consegue encerrar a dissolução da sociedade conjugal. Seu objetivo é impedir o convívio com o outro cônjuge. Daí, então, percebe-se a importância do reconhecimento da Lei 12.318/10.

**PALAVRAS-CHAVE:** Síndrome da Alienação Parental, Filho/genitor e Punições.

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo tem como objetivo abordar o assunto da Lei 12.318/10 e identificar a Síndrome da Alienação Parental, sua aplicação legal, seus efeitos e consequências, para que seja eficaz na proteção dos direitos e necessidades da criança.

A Síndrome da Alienação Parental teve seu reconhecimento na década de 80, e posta no ordenamento jurídico somente em 2010, porém sempre esteve presente nas lides de Direito de Família.

Esta lei traz para o judiciário a proteção do alienado, ou seja, do genitor alienado e seu filho, para que evite, na criança, danos psicológicos e efeitos devastadores.

## **METODOLOGIA**

Pesquisa bibliográfica realizada na interpretação e análise da Lei 12.318/10, Estatuto da Criança e Adolescente, Código Civil, e obras conceituadas doutrinárias, com objetivo de estudar a Síndrome da Alienação Parental, com seus efeitos e consequências.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **1- A Síndrome da Alienação Parental**

O termo Síndrome da Alienação Parental, também conhecida pela sigla SAP, surgiu em meados de 1985, proposta por Richard Gardner, despertando muito interesse nas áreas de Psicologia e Direito, por tratar de conflitos nas duas áreas. Na Psicologia por se tratar de situações de emoção e formação da pessoa e seu relacionamento social, já no Direito em como a formação desta pessoa influenciará no âmbito as regras da mesma sociedade. A SAP é tida como forma de abuso emocional contra criança ou adolescente.

Assim a Síndrome de Alienação Parental, passou a ser matéria constante nas lides de Direito de Família, mas somente em 2010 é que foi oficialmente posto no ordenamento jurídico com a lei nº 12.318/10.

## **2 – Como ocorre a Síndrome da Alienação Parental**

A Síndrome da Alienação Parental, infelizmente, é muito comum na sociedade. É bastante encontrada em situações de divórcio. Mesmo não sendo fato novo, os profissionais da área não sabiam como proceder ao se depararem com os casos, pelo simples fato de não conseguirem identificá-los.

A SAP pode ser definida como:

(...) um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha denegritória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificação. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a “lavagem cerebral, programação, doutrinação”) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo. Quando o abuso e/ou negligência parentais verdadeiros estão presentes, a animosidade da criança pode ser justificada, e assim a explicação de Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é aplicável (GARDNER, 1985, P.2).

Na maioria das situações é que a mãe ou o pai de uma criança a programa para romper os laços afetivos com o outro genitor, fazendo assim a criança ter sentimentos de temor e ansiedade em relação ao outro.

Destaca o Doutrinador Jorge Trindade em sua obra:

Alienação Parental é um transtorno psicológico que se caracteriza por um conjunto de sintomas pelos quais um genitor denominado cônjuge alienador transforma a consciência de seus filhos, mediante diferentes formas e estratégias de atuação, com o objetivo de impedir, obstaculizar ou destruir seus vínculos com o outro genitor, denominado cônjuge alienado, sem que existam motivos reais que justifiquem essa condição. (TRINDADE, 2010, p.196).

Então pode-se perceber que a Síndrome de Alienação Parental é um processo que treina a criança para se afastar de seu genitor alienado, gerando um sentimento de repúdio, sem que tenha nenhum tipo de justificativa fazendo-a ingressar na desconstituição deste genitor.

Em várias análises já efetuadas, verifica-se que, na maioria das vezes em que casos da SAP acontecem, são da mãe em relação ao pai, pelo simples motivo de que até hoje, no Brasil, na maioria dos casos, a mãe é quem fica com a guarda dos filhos.

A Síndrome da Alienação Parental começa quando um genitor difama a imagem do outro com sua prole, fazendo assim, a imagem do outro ficar distorcida perante seus filhos. Como a maioria dos casos são, quando os pais se divorciam, geralmente são divórcios litigiosos, a parte que fica com a guarda da criança começa por meio de se vingar do outro, a praticar a alienação, por falar mal, colocando barreiras em relação às visitas, compromissos de última hora, doenças inventadas, entre outras situações.

Fazendo uso da Lei de Alienação Parental nº 12.318/2010, em seu artigo 2º, caracteriza o que pode ser considerado ato de alienação parental:

Artigo 2º – Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou a manutenção de vínculos com este.

Paragrafo único – São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por pericia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I – realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

II – dificultar o exercício da autoridade parental;

III – dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;

IV – dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

V – omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, medica e alterações de endereço;

VI – apresentar falsa denuncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII – mudar o domicilio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

O argumento do genitor alienante segue sempre o princípio de que o outro genitor não tem competência em cuidar adequadamente do filho, costumam alegar que seus filhos ao retornarem das visitas, sempre se mostram aborrecidos e descontentes, e que na maioria dos casos o alienante prefere deixar seus filhos com seus próprios parentes, ou mesmo vizinhos, amigos, babás. Utilizam-se sempre de desculpas para que consigam dificultar o relacionamento do genitor alienado com seu filho, como fora do horário pré-determinado, alegando doenças, ou mesmo outros compromissos. Em casos mais enraizados o alienante planeja viagens com o filho no período em que o mesmo deveria estar de guarda do genitor alienado, ocultando assim informações como estado de saúde e escola, podendo até mesmo mudar de cidade, estado ou até mesmo país, com total intenção de evitar qualquer tipo de contato do filho com o outro genitor.

Não se pode deixar de enfatizar que nem sempre a alienação parental é feita pelo genitor que detém a guarda do filho, pois podem ser praticados por outros parentes, ocasionando assim um jogo de manipulações, que dificulta o convívio e monitora todo o tempo os sentimentos da criança alienada. Podendo avaliar que é possível a prática de alienação mesmo com os pais casados, ou seja, vivendo juntos.

A Síndrome da Alienação Parental requer uma atenção relevante, pois se trata do psicológico. De forma que o Doutrinador Trindade expõe em sua obra:

O primeiro passo é identificar a Alienação Parental. Para isso é necessário informação. Depois, é importante dar-se conta de que a Síndrome de Alienação Parental é uma condição psicológica que demanda tratamento especial e intervenção imediata. De fato, a Síndrome exige uma abordagem terapêutica específica para cada uma das pessoas envolvidas, havendo a necessidade de atendimento da criança, do alienador e do alienado. (TRINDADE, 2010, p. 26).

### **3 – Consequências da Síndrome da Alienação Parental na vida dos alienados e seus efeitos**

A Síndrome da Alienação Parental passa a existir quando um genitor começa a denegrir a imagem do outro genitor com sua prole. Suas características vêm de implicações de desqualificar o outro genitor alienado pelo genitor alienante.

As consequências que a SAP pode ocasionar a uma criança é devastadora. A criança passa a não ser capaz de discernir a realidade dos fatos, passando a acreditar em tudo que o genitor alienante lhe antepor sobre o outro genitor.

Assim a criança passa a ter um sentimento de ódio, repúdio pelo genitor alienado, ocasionando o rompimento do vínculo paternal. Também não se pode deixar de citar que a SAP não afeta somente o genitor alienado, mas também todos mais próximos dele.

A criança com SAP sofre consequências drásticas em sua vida, como sofrer de doenças psicossomáticas, depressão, nervosismo, ansiedade e muita agressividade, além de graves distúrbios psiquiátricos. A criança cresce cheia de problemas, tendo o alienante como seu único exemplo, com direta influência sobre ela, assim o filho tenderá a repetir o comportamento de seu genitor alienante.

Maria Berenice Dias se posiciona sobre o assunto:

A criança é induzida a afastar-se de quem ama e de quem também a ama. Isso gera contradição de sentimentos e destruição do vínculo entre ambos. Restando órfão do genitor alienado, acaba se identificando com o genitor patológico, passando a aceitar como verdadeiro tudo que lhe é informado. (DIAS, ano, p. 23)

A Síndrome da Alienação Parental é o abuso emocional de gravidade comparada aos de natureza física ou mesmo sexual, sofrido por aquela criança, que o acompanharão para o resto da vida, podendo até ter ideias suicidas. Estas crianças quando adultas serão propícias a transtornos de identidade, tendência a uso de drogas e álcool e depressão crônica, com dupla personalidade, intolerância a frustração, falta de organização, isolamento, dificuldades escolares, insegurança, entre outros fatores.

Como a SAP vai ser enraizada a criança alienada vai muito de acordo com a idade da mesma, e depender também de como era seu relacionamento com o outro genitor alienado, de como era estabelecido às regras de convivência no âmbito familiar.

#### **4 – Amparo legal oferecido ao Instituto do Poder Familiar**

O poder familiar é um conjunto de direitos e deveres dos pais em relação aos filhos, com base no princípio da igualdade entre os pais, sendo indelegável, inalienável e irrenunciável. Assim a criança ou adolescente necessita de um ambiente saudável, com bom convívio social, amor e carinho, para que tenha um bom desenvolvimento individual.

Os pais têm que atender as necessidades dos filhos, participar de sua criação e educação, decidindo questões de educação, formação e dever. O poder familiar dos pais continua mesmo após a separação e todas as decisões relacionadas aos filhos devem ser tomadas em conjunto, para que preserve os interesses da criança. Entretanto se houver divergências pelas quais não se resolva amigavelmente, deverão ser levadas ao judiciário.

O artigo 227 da CF/88 informa sobre o direito de exercer sobre o filho o poder familiar, o dever da família e do Estado de proteger e assegurar a saúde, o lazer, a alimentação, a cultura, a liberdade, a vida, a educação, a convivência familiar, a profissionalização, a dignidade e respeito, mantendo-o sempre a salvo.

O Estatuto da Criança e Adolescente, em seu artigo 21, fala em como de igual modo os pais devem exercer o poder familiar:

Art 21 – O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer a autoridade judiciária competente para a solução da divergência.

O alienante faz de tudo para impedir que o genitor alienado tenha qualquer tipo de contato com a criança, excluindo assim o direito de exercer o poder familiar. Conforme a lei 12.318/10 sobre Alienação Parental fala em seu artigo 3º.

O poder familiar pode ser suspenso, cessado temporariamente e extinto, em casos de abuso de autoridade dos genitores em desfavor de sua prole, conforme se pode verificar nos artigos 1637 e 1638 do Código Civil.

Art 1637 – Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar à medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspendo o poder familiar, quando convenha”.

“Paragrafo único – Suspende-se igualmente o exercício do poder familiar ao pai ou a mãe, condenados por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a dois anos de prisão”.

Art 1638 – Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que:

I – castigar imoderadamente o filho;

II – deixar o filho em abandono;

III – praticar atos contrários a moral e aos bons costumes;

IV – incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente.

Portanto, o interesse da criança e o direito do pai de convivência são fatores essenciais para a preservação do poder familiar, desse modo o pai não pode ser privado da convivência com o filho se não em virtude de lei.

## **5 – Efeitos Jurídicos da Síndrome da Alienação Parental**

A lei 12.318/10 sobre Alienação Parental, de 26 de agosto de 2010, veio para penalizar os genitores que praticam a SAP com seus filhos difamando o outro genitor, dificultando a convivência e o relacionamento entre genitor alienado e sua prole, trazendo fortes prejuízos emocionais à criança.

Após vigorar a lei, o juiz ao se deparar com casos que esteja presente a SAP, poderá coagir o alienante, tomando todas as medidas necessárias de imediato para findar o problema.

A SAP mostra ao judiciário a maneira como o genitor guardião pratica violência contra a criança ou adolescente.

Em sua obra Maria Berenice Dias, prolata:

A Lei 12.318/10, que define a alienação parental chegou em boa hora, ela define a Alienação parental como a interferência na formação psicológica da criança ou adolescente, aduzida por seus genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a autoridade, guarda ou vigilância, para que repudie genitor ou que cause prejuízos ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. (DIAS, 2013, p. 17).



Averiguado o intento do alienante, o magistrado determinará as medidas de um processo autônomo com prioridade, para que permita a aproximação da criança com o genitor alienado, impedindo o sucesso do alienante em desfavor da criança. Assim, evitando a convivência saudável da criança com seu outro genitor, e desconstituindo o abuso moral contra o menor.

Comprovada a SAP, o juiz deverá adotar medidas protegendo a criança ou adolescente, como designar perícia psicossocial, e até mesmo restringindo o abuso do poder de autoridade parental, sempre preservando o interesse da criança ou adolescente.

As providências impostas, a serem tomadas judicialmente, variam de acordo com o grau de evolução da SAP, que é regulada pelo seu artigo 6º com o intuito de solucionar a questão:

Artigo 6º – Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

I – declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;  
II – ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;

III – estipular multa ao alienador;

IV – determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;

V – determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;

VI – determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;

VII – declarar a suspensão da autoridade parental.

Parágrafo único – Caracterizada mudança abusiva de endereço, inviabilização ou obstrução a convivência familiar, o juiz também poderá inverter a obrigação de levar para ou retirar a criança ou adolescente da residência do genitor, por ocasião das alternâncias dos períodos de convivência familiar.

Poderá o juiz sempre que achar necessário ordenar terapia familiar, em casos que a criança apresentar sinais de repulsa ao genitor alienado, tomar medidas mais rigorosas como alterar a guarda da criança ou adolescente para o genitor alienado, ordenando até mesmo a prisão do alienante. Sendo casos de meros descumprimentos e menos grave as atitudes a serem tomadas, o juiz pode determinar o cumprimento da regulamentação de visitas estabelecido para o genitor alienado, podendo condenar o alienante a pagar multas enquanto resistência tiver.

O alienante em descumprir a ordem judicial de visitas do genitor alienado se sujeita ao artigo 330CP que diz que “Desobedecer a ordem legal de funcionário publico: Pena – detenção, de quinze dias a seis meses, e multa” Cumpre ressaltar que tal impedimento não configura crime.

A tristeza, dor, situações humilhantes e vexatórias provocadas pelo alienante, afronta o princípio da dignidade humana, podendo o genitor alienado propor ação de responsabilidade civil, solicitando danos morais.

## **DISCUSSÕES E RESULTADOS**

O Estatuto da Criança e do Adolescente se estabelece com a lei 8.069/90, que foi criada para proteger e assegurar os direitos do menor através dos meios legais.

A lei 12.318/10 complementa o Estatuto da Criança e do Adolescente, em que se refere a SAP, pois antes não tinha punições para tal pratica alienadora. Portando resguardando assim, os direitos da criança e do adolescente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Síndrome da Alienação Parental é um tema muito sério a ser discutido.

A aprovação da lei 12.318/10 foi de plena importância, especificadamente ao Direito de Família, para que seja combatida essa realidade tão perversa da sociedade.

A Síndrome da Alienação Parental aborda atitudes tomadas pelos genitores que não aceitam o fim do relacionamento conjugal, usam seus filhos para se vingarem do outro cônjuge.

Entretanto, se em todos os casos da SAP não houver solução e tratamento, essas crianças poderão se tornar adultos problemáticos – o que hoje sofre o abuso, amanhã poderá praticá-lo. Assim haveria em pouco tempo uma sociedade insegura, desconfiada, com temor e com bastantes problemas psicológicos.

O judiciário aplica a lei a fim de evitar consequências mais drásticas na vida da criança, além de trazer muitos avanços para combater tais condutas de alienação, pois a lei inibe que os genitores cometam tal ato.

O alienado precisa de tutela legal para reverter à injusta separação do filho. O poder familiar consiste em direitos e deveres dos pais em relação a sua prole, pela Constituição, o Código Civil, e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Apesar de a lei 12.318/10 já ser muito utilizada não quer dizer que a SAP vai deixar de existir, mas sendo eficiente, suas formas de atuação e punições mais severas para inibir a SAP.

Cumpramos ressaltar que é de muita importância haver profissionais qualificados para atendimento e esclarecimento do tema, como psicólogos, assistentes sociais, peritos, entre outros profissionais.

A lei da SAP é um grande passo para a sociedade, para que se possa combater a violência psicológica e o abuso que são suas principais características.

Deve-se sempre ressaltar e conscientizar os pais e mães de suas responsabilidades na formação de uma prole saudável, equilibrada e pautada no respeito recíproco.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEMÃO, K. A. de. **Síndrome da alienação parental**. Rev. Âmbito Jurídico. Disponível em: [http://ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=11477](http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11477).

Acesso em: 18 de abril de 2014.

BRASIL. **Lei n 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**: versão atualizada até a Lei n 12.133, de 26 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em 20 de abril de 2014.

BRASIL, Estatuto da Criança e do adolescente, **Lei 8.069/90. Dispõe sobre o estatuto da criança e adolescente e dá outras providências**. Cap. I, do Direito à vida e à saúde. Brasília, DF, Senado Federal, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: 20 de abril de 2014.

BRASIL. Lei n 12.318 de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a alienação parental e altera o artigo 236 da lei n 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm). Acesso em 20 de abril de 2014.

BOURROUL, M. **Alienação parental é traumática para crianças pequenas**. Disponível em: <http://revistacrescer.globo.com/Familia/Sexo-e-Relacionamento/noticia/2013/08/alienacao-parental-e-traumatica-para-criancas-pequenas.html>. Acesso em 19 de abril de 2014.

BOURROUL, M. **Alienação parental é traumática para crianças pequenas**. Disponível em: <http://revistacrescer.globo.com/Familia/Sexo-e-Relacionamento/noticia/2013/08/alienacao-parental-e-traumatica-para-criancas-pequenas.html>. Acesso em 18 de abril de 2014.

PINHO, Marco Antônio Garcia de. **Alienação Parental – AP**. Disponível em: <http://jusvi.com/artigos/4115227jul.2009>. Acesso em 18 de abril de 2014.

DIAS, M. B. **Incesto e alienação parental de acordo com a Lei 12.318/2010**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

DIAS, Maria Berenice. Síndrome de Alienação Parental. O que é isso? Em APASE, **Síndrome da Alienação Parental e a Tirania do Guardião – Aspectos Psicológicos, Sociais e Jurídicos**. Porto Alegre: Editora Equilíbrio, 2007.

DIAS, Maria. **Alienação Parental**. Em: <http://www.alienacaoparental.com.br>. Acesso em 21 de abril de 2014.

FONSECA, Priscila M. P. Correa da. **Síndrome da Alienação Parental**. **Revista Brasileira de Direito de Família**. V8, n 40, fev/mar, 2007, p. 5-16.

GARDNER, Richard. A. (1985), **As Tendências Recentes em Divórcio e Contenciosa Custódia**. Volume 29, n 2, 1985, p.3-7. Academia das Psicanálises. Disponível em: <http://www.fact.on.ca/Info/pas/gardnr98.htm>. Acesso em 21 de abril de 2014.

GARDNER, Richard. A.(1998), **Recomendações para lidar com os pais que induzem uma Síndrome de Alienação Parental nas crianças**. Jornal do Divórcio e novo casamento, 28 (3/4): 1 – 23. Disponível em: <http://www.fact.on.ca/Info/pas/gardr98.htm>. Acesso em 21 de abril de 2014.

PEREZ, Elizio Luiz. Breves Comentários acerca da Lei da Alienação Parental (Lei n 12.318/2010), em: DIAS, Maria Berenice. **Incesto e Alienação Parental: Realidades que a Justiça insiste em não ver**. 2 Ed., São Paulo, 2010.

SANTOS, Rubens dos. **Síndrome da Alienação Parental e a Legislação Brasileira**. Disponível em: [http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=4638](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4638). Acesso em 19 de abril de 2014.

TRINDADE, J. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. 6 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. p. 26 ; 161; 196.